

O LIVRO *JÉSUS ET ISRAËL*, DE JULES ISAAC, E A DECLARAÇÃO *NOSTRA AETATE* : UM DIÁLOGO BAKHTINIANO ENTRE O ATO RESPONSÁVEL E RESPONSIVO

THE BOOK *JÉSUS ET ISRAËL*, BY JULES ISAAC, AND THE DECLARATION *NOSTRA AETATE*: A BAKHTINIAN DIALOGUE BETWEEN THE RESPONSIBLE AND RESPONSIVE ACT

Maria Lucia Guilherme*

Resumo: O historiador e educador Jules Isaac foi um judeu que nasceu e viveu na França entre o final do século XIX e parte do século XX, período que envolve a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, onde ele desenvolveu uma ampla e profunda pesquisa sobre o antissemitismo. Isaac tinha a proposta de alteração da catequese antijudaica da Igreja Católica como uma das formas de combatê-lo. Ao final de sua pesquisa, ele escreveu o livro *Jésus et Israël*, que foi publicado em 1948, contendo vinte e uma proposições para reformulação desta catequese. Um outro texto, que aponta a alteração desta catequese antijudaica da Igreja como combate ao antissemitismo, é a *Nostra Aetate*, declaração da Igreja católica que faz parte dos documentos finais do Concílio Vaticano II ocorrido entre os anos de 1962 e 1965. Esta declaração é vista como revolucionária pois foi a Igreja, por dezesseis séculos, quem elaborou e propagou esta catequese antijudaica. Pautados em pressupostos teóricos linguísticos do filósofo da linguagem Mikhail Bakhtin, sobre ato responsável e ato responsivo envolvendo discursos, tivemos como objetivo, por meio deste artigo, estabelecer uma relação entre estes dois textos e identificamos o livro *Jésus et Israel*, de Jules Isaac, como ato responsável numa rede de interdiscursos; e a declaração *Nostra Aetate*, da Igreja Católica, como um ato responsivo ao discurso de Jules Isaac. Apontamos, como resultado de nossa análise, o livro *Jesus e Israel*, como elemento que oportunizou a criação de um espaço de narrativas onde o histórico discurso antijudaico da Igreja, existente nos documentos conciliares, pudesse ser rompido e a palavra diálogo se instalasse.

Palavras-chave: Antijudaísmo. Concílio Vaticano II. Judaísmo. Jules Isaac. *Nostra Aetate*.

Abstract: Historian and educator Jules Isaac is a Jew who was born and lived in France between the end of the 19th century and part of the 20th century, a period involving the First and Second World Wars, where he developed broad and in-depth research on the antisemitism. Isaac proposed changing the Catholic Church's anti-Jewish catechesis as one of the ways to combat it. At the end of his research, he

* Maria Lúcia Guilherme é Mestre em Letras pelo Programa de Letras Estrangeiras e Tradução da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
E-mail: <marchi.malucia@gmail.com>.

wrote the book *Jésus et Israël*, which was published in 1948, containing twenty-one propositions for reformulating this catechesis. Another text, which points to the alteration of this anti-Jewish catechesis of the Church as a fight against anti-Semitism, is *Nostra Aetate*, a declaration of the Catholic Church that is part of the final documents of the Second Vatican Council that took place between 1962 and 1965. This declaration is seen as revolutionary because it was the Church, for sixteen centuries, who developed and propagated this anti-Jewish catechesis. Based on linguistic theoretical assumptions of language philosopher Mikhail Bakhtin, about responsible act and responsive act involving discourses, we aim, through this article, to establish a relationship between these two texts, identifying the book *Jésus et Israël*, by Jules Isaac, as responsible act in a network of interdiscourses; and the declaration *Nostra Aetate*, by the Catholic Church, as a responsive act to Jules Isaac's speech. We point out, as a result of our analysis, the book *Jesus and Israel*, as an element that provided the opportunity to create a space for narratives where the historic anti-Jewish discourse of the Church, existing in the conciliar documents, could be broken and the word dialogue was installed.

Keywords: Anti-Judaism. Second Vatican Council. Judaism. Jules Isaac. *Nostra Aetate*.

Introdução

Jules Isaac foi um historiador francês que desenvolveu uma profunda pesquisa sobre a catequese antijudaica da Igreja Católica na tentativa de desconstruí-la como forma de combate ao antissemitismo. Este trabalho o levou a produzir o livro *Jésus et Israël*, publicado em 1948, apontando a necessidade da mudança desta catequese antijudaica da Igreja. Trata-se de uma obra onde o autor analisou os escritos cristãos e judaicos fazendo o entrelaçamento de citações do Evangelho Cristão e das Escrituras Sagradas, possibilitando a construção de uma nova narrativa onde as duas tradições pudessem dialogar.

Um outro texto que nos propomos a analisar, *Nostra Aetate*, é uma declaração resultante do Concílio¹ Vaticano II, reunião da Igreja Católica, que aborda a relação desta Igreja com as religiões não cristãs. Os parágrafos que se referem às relações da Igreja com o judaísmo, que nomeamos como artigo 4º, propõem a construção de um diálogo entre cristãos e judeus para alcançar um mútuo conhecimento, sugerindo a mudança da catequese antijudaica dentro da Igreja, depois de milênios, o que justifica sua presença nesta pesquisa.

¹ Concílio: Assembleia de prelados católicos onde se tratam assuntos dogmáticos, doutrinários ou disciplinares; conselho, assembleia, reunião.

Temos como objetivo identificar se o livro *Jésus et Israël*, enquanto discurso, pode ser compreendido como ato responsável do judeu Jules Isaac e, colocando-o dentro de uma rede de interdiscursos, analisar o texto da *Nostra Aetate* como ato responsivo por parte da Igreja Católica.

Surge, então, o questionamento a respeito da relação deste texto da Igreja Católica com o texto do judeu Jules Isaac, uma vez que, ambos se pronunciam a respeito da necessidade de mudança da catequese da Igreja Católica como uma das formas de combate ao antissemitismo. Os pressupostos teóricos que sustentarão a condução da análise para esclarecer esta relação entre Jesus e Israel e a declaração *Nostra Aetate*, encontram-se desenvolvidos em obras de Mikhail Bakhtin, filósofo da linguagem, e seus estudiosos, sendo aplicados na terceira seção.

Analisaremos a relação entre os textos *Jésus et Israël* e *Nostra Aetate*, atribuindo-lhes o valor de ato responsável e responsivo conforme conceitos apresentados no livro *Para uma Filosofia do Ato Responsável*, de Mikhail Bakhtin (2017), e desenvolvidos por Adail Sobral em um artigo que faz parte do livro *Bakhtin conceitos-chave*, organizado por Beth Brait. Tais atos pressupõem discursos cujos sujeitos sejam situados, agentes e ativos. São discursos, provocando novos discursos e construindo uma rede de interdiscursos.

Para tanto apresentamos, na primeira seção, o autor judeu Jules Isaac dentro do contexto de criação de seu livro *Jésus et Israël* e, quanto ao livro, expomos algumas de suas proposições. Na segunda seção, trazemos a declaração *Nostra Aetate* em sua estrutura original dentro de um breve contexto histórico; e, em destaque o artigo 4º, objeto específico de nossa análise, no qual trabalhamos o campo semântico de palavras de alguns parágrafos a fim de dar suporte a um melhor entendimento da futura análise. Elaboramos na terceira seção uma apresentação do filósofo da linguagem Mikhail Bakhtin e suas ideias a respeito de ato responsável e responsivo pois são eles os pressupostos teóricos que alimentam nosso posterior enfoque da relação entre os dois textos, o livro *Jésus et Israël* e a declaração *Nostra Aetate*, que estarão na quarta seção deste artigo trazendo o resultado.

1. Jules Isaac e o livro *Jésus et Israël*

Dados da biografia do autor do livro *Jésus et Israël* são relevantes para que se compreenda a importância do posicionamento de seu discurso dentro de sua obra. Jules Marx Isaac, que viveu de 1877 a 1963, foi um historiador judeu-francês, professor de história e trabalhou para

a elaboração de material didático onde o aluno pudesse sentir-se parte da história, humanizando-a. Dado o reconhecimento deste trabalho, ele ocupou o cargo de Inspetor Geral da Educação Pública na França. Isaac escreveu textos sobre história, mas nem sempre foram editados com seu nome por indicar sua origem judaica e o editor temer que a venda fosse afetada. Em sua juventude, Jules Isaac conheceu o francês Charles Péguy, escritor, poeta, editor e cristão, de quem se tornou grande amigo. Esta amizade o levou a conhecer a cultura cristã. Juntos trabalharam ativamente no combate ao antissemitismo. Participaram da Liga dos Direitos Humanos e do Comitê de vigilância dos Intelectuais Antifascistas. Foram atuantes no caso *Dreyfus*². Em 1940, por ser judeu, não pode mais ocupar cargo público. Em 1941, já estando a França ocupada pelos alemães, Isaac refugiou-se, com a família na zona franca de Aix-en-Provence, depois em Le Chambon-sur-Lignon e finalmente em Riom perto de onde vivia sua filha. Neste interim, intensificou suas pesquisas, que já vinha desenvolvendo, para combate ao antissemitismo. Em 1943, quando ausente de casa, a Gestapo levou sua esposa, filha e genro que foram presos e assassinados em Auschwitz. Todos estes acontecimentos não afastaram Jules Isaac de sua determinação em lutar contra o antissemitismo, seguindo o caminho de suas pesquisas sobre a catequese antijudaica da Igreja Católica.

Este trabalho de pesquisa o levou a produzir o livro *Jésus et Israël*, publicado em 1948, mas que já estava estruturado em 1946. A seguir, apresentamos a exposição desta obra que consta da dissertação relacionada nas referências. Trata-se de uma obra onde Jules Isaac analisou os evangelhos cristãos e a tradição judaica, pois segundo suas palavras:

O problema de Jesus e de Israel em suas relações recíprocas, só podemos abordá-lo e resolvê-lo pelo exame crítico dos únicos textos de que dispomos: os Evangelhos. (ISAAC, 1986, p. 383)

Isaac afirmou que:

É muito evidente que a crença cristã na missão, na divindade do Filho, pressupõe a crença anterior, fundamental, judia, na divindade do Pai, o Deus de Abraão, de Isaac e de Jacó, o Todo Poderoso, o Eterno, o Único. (ISAAC, 1986, p. 6)

² Caso Dreyfus: mundialmente reconhecido como maior erro judiciário, envolvendo antissemitismo ocorrido na França de 1894 a 1906, que condenou injustamente o judeu e capitão do exército francês Alfred Dreyfus por traição.

Para tanto, ele elaborou em *Jésus et Israël*, no que Bakhtin chama de cotejo³, o entrelaçamento de citações do Evangelho Cristão e das Escrituras Sagradas possibilitando uma nova compreensão, como podemos observar no fragmento abaixo que faz parte da proposição I de seu livro:

Ao escriba que pergunta qual o primeiro de todos os mandamentos, que responde Jesus? O primeiro é: Ouve, Ó Israel, o Senhor é nosso Deus, é o único Senhor, e amarás o Senhor teu Deus de todo o coração, de toda a alma, de todo o entendimento, e com todas as tuas forças. O segundo é: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. Não existem outros mandamentos maiores do que estes. Encontram-se assim no Evangelho segundo São Marcos 12, 28-32 e na boca do próprio Deus as fórmulas máximas da Lei, da fé e da moral judaicas [Deut.6,4-5; Lev.19,18]. (ISAAC, 1986, p. 6)

Observa-se em toda a extensão da obra de Jules Isaac a utilização deste método de confronto entre as palavras de um e de outro com a finalidade de promover, dentro do espaço de alteridade formado, uma quebra de tensão anteriormente disseminada pela falta de diálogo entre as duas crenças.

Em ampla análise, o autor desconstruiu a imagem de antagonismo criada pela catequese antijudaica da Igreja durante séculos. A cada proposição, sendo 21 no total, o autor, através de minuciosas citações pautadas no próprio Evangelho cristão, desmontou a imagem do judeu traidor, deicida, disperso pelo mundo para pagar o pecado da morte do Cristo Salvador, que havia sido construída pela catequese da Igreja Católica.

Na proposição XVI, Isaac afirmou:

Em toda a cristandade, desde mil e oitocentos anos, ensina-se correntemente que o povo judeu, plenamente responsável pela Crucifixão, cometeu o crime inexprável de deicídio. Não há acusação mais mortífera e, efetivamente, que tenha feito correr mais sangue inocente. (ISAAC, 1986, p. 229)

O autor incluiu em sua narrativa fragmentos de discursos dos primeiros Padres da Igreja que contribuíram para a formação e propagação da catequese antijudaica da Igreja. Segundo ele:

Os Padres da Igreja vão muito mais longe. Já ouvimos Santo Efrém tratar os judeus de “cães circuncisos”, São Jerônimo [ao mesmo tempo que lhes pedia lições de hebraico] denuncia as “serpentes judias” de que Judas é a imagem, e

³ Cotejo, segundo Mikhail Bakhtin (1997), é a presença de um ou mais textos dentro de outro texto provocando confronto e promovendo uma outra compreensão dentro de um contexto novo.

os entrega ao “ódio” dos cristãos. Mas a palma cabe a São Gregório de Nissa e São João Crisóstomo, rivais em truculência na inventiva sagrada. (ISAAC, 1986, p. 237-238)

Nas proposições finais, Jules Isaac fez uma narrativa histórica da passagem desta catequese antijudaica da Igreja para o território político quando da união da Igreja ao Estado, ressaltando a amplitude tomada a partir do século XI e afirmou: “antes de Hitler viveu Inocêncio III, antes das leis de Nuremberg existiram os decretos do IV Concílio de Latrão” (ISAAC, 1986, p.241).

Depois de seu livro finalizado, em 1947, Jules Isaac ao participar da II Conferência Internacional de Emergência sobre o Antissemitismo, em Seelisberg-Suíça, apresentou 18 proposições de seu livro e estas influenciaram diretamente “*Os dez pontos de Seelisberg*”⁴, documento final da conferência que indicou a necessidade de mudança da catequese antijudaica da Igreja. Em 1948, seu livro *Jésus et Israël* foi publicado, mesmo ano em que cofundou a Organização *Amitié Judéo-chrétienne de France* que combate as raízes cristãs do antissemitismo e promove a reconciliação e o diálogo judeu-cristão. Em 1960, Isaac encontrou com o Papa João XXIII com quem deixou um documento com grande parte de seus estudos. Seu livro foi traduzido para o português em 1986 com o nome *Jesus e Israel* e é sobre ele que nos detivemos, utilizando-o para leitura, estudos e destaque das citações neste artigo.

2. O Concílio Vaticano II e a Declaração *Nostra Aetate*: apresentação e análise

Dando sequência à exposição de nossos textos, apresentamos a declaração *Nostra Aetate*, artigo 4º, que é parte dos documentos finais do Concílio Vaticano II, evento da Igreja Católica concluído em 1965. Sua importância é compreendida por fazer parte de documentos que apresentam uma nova posição da Igreja frente aos desafios do mundo contemporâneo, como atestam as palavras de Carlos Alberto Faraco:

A Sé de Roma – à testa de uma Igreja que se manteve, ..., fechada em si mesma, autocrática, rigidamente hierarquizada teológica e institucionalmente, presa a um dogmatismo fixista e antidialógico, rejeitando todos os movimentos da história moderna (o republicanismo, o liberalismo

⁴ Disponível em: <<https://www.judaismoecristianismo.org/textos-fundamentais/266-os-dez-pontos-da-conferencia-de-seelisberg>>, acesso em: 10 de março de 2022.

político, o socialismo e a consolidação da ciência), lançando anátemas contra todos os que divergiam dela e perseguindo-os, durante séculos, nos países de maioria católica, com a mão de ferro do Tribunal do Santo Ofício, e expressando-se numa língua morta e compreendida por pouquíssimos – a Sé de Roma (repito) de repente abre suas portas e janelas e anuncia com todas as letras seu desejo de ouvir e falar – de coração contrito e aberto – com o mundo contemporâneo. (FARACO, 2021, p. 138)

Fazem parte dos documentos finais do Concílio Vaticano II: quatro constituições, três declarações e nove decretos que se encontram disponíveis no site oficial do Vaticano em várias línguas, como seguem:

Constituições

- *Dei Verbum* (Sobre a revelação divina)
[[Espanhol](#), [Francês](#), [Hebraico](#), [Inglês](#), [Italiano](#), [Latim](#), [Português](#),]
- *Lumen Gentium* (Sobre a Igreja)
[[Espanhol](#), [Francês](#), [Inglês](#), [Latim](#), [Italiano](#), [Português](#)]
- *Sacrosanctum Concilium* (Sobre a Liturgia da Igreja)
[[Espanhol](#), [Francês](#), [Inglês](#), [Italiano](#), [Latim](#), [Português](#)]
-
- *Gaudium et Spes* (Sobre a Igreja no Mundo Atual)
[[Espanhol](#), [Francês](#), [Inglês](#), [Italiano](#), [Latim](#), [Português](#)]

Declarações

- *Gravissimum Educationis* (Sobre a Educação Cristã)
[[Espanhol](#), [Francês](#), [Inglês](#), [Italiano](#), [Latim](#), [Português](#)]
- *Nostra Aetate* (Sobre a Igreja e as religiões não Cristãs)
[[Espanhol](#), [Francês](#), [Hebraico](#), [Inglês](#), [Italiano](#), [Latim](#), [Português](#)]
- *Dignitatis Humanae* (Sobre a Liberdade Religiosa)
[[Espanhol](#), [Francês](#), [Inglês](#), [Italiano](#), [Latim](#), [Português](#),]

Decretos

- *Ad Gentes* (Sobre Atividade Missionária da Igreja)
[[Espanhol](#), [Francês](#), [Inglês](#), [Italiano](#), [Latim](#), [Português](#)]

- *Presbyterorum Ordinis* (Sobre o Ministério e a Vida dos Sacerdotes)
[Espanhol, Francês, Inglês, Italiano, Latim, Português]
- *Apostolicam Actuositatem* (Sobre o Apostolado dos Leigos)
[Espanhol, Francês, Inglês, Italiano, Latim, Português]
- *Optatam Totius* (Sobre a Formação Sacerdotal)
[Espanhol, Francês, Inglês, Italiano, Latim, Português]
- *Perfectae Caritatis* (Sobre a Conveniente Renovação da Vida Religiosa)
[Espanhol, Francês, Inglês, Italiano, Latim, Português]
- *Christus Dominus* (Sobre o Múnus Pastoral dos Bispos na Igreja)
[Espanhol, Francês, Inglês, Italiano, Latim, Português]
- *Unitatis Redintegratio* (Sobre o Ecumenismo)
[Espanhol, Francês, Inglês, Italiano, Latim, Português]
- *Orientalium Ecclesiarum* (Sobre as Igrejas Orientais Católicas)
[Espanhol, Francês, Inglês, Italiano, Latim, Português]
- *Inter Mirifica* (Sobre os Meios de Comunicação Social)
[Espanhol, Francês, Inglês, Italiano, Latim, Português]

Por ser uma declaração, o artigo 4º da *Nostra Aetate* sugere aos cristãos a aproximação com os judeus. As relações da Igreja Católica com as demais religiões não cristãs era um tema inimaginável a ser discutido em um concílio da Igreja.

A *Nostra Aetate* aponta um novo caminho para a catequese da Igreja com relação ao judaísmo que era tratado, até então, como um inimigo a ser perseguido e silenciado alegando sua participação na morte de Cristo, e conseqüentemente, segundo a crença cristã, na morte de Deus.

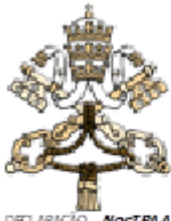
No livro *O Concílio Vaticano II como evento dialógico: o Pensamento de Mikhail Bakhtin e o discurso religioso na contemporaneidade*, Faraco, ao expor sua releitura do decreto conciliar *Unitatis Redintegratio*, que trata sobre o ecumenismo sob a perspectiva de uma análise dialógica, relaciona o decreto por ele analisado à declaração *Nostra Aetate*, onde reconhece:

Certamente a parte mais complexa desse segundo documento foi a dedicada ao Judaísmo, considerando o milenar antissemitismo disseminado entre muitos cristãos e a absurda acusação de deicídio dirigida historicamente por muitos cristãos aos judeus – acusação absurda já que, como reconhece o próprio documento, Cristo se ofereceu ao sacrifício voluntariamente e com imenso amor. (FARACO, 2021, p. 139)

O Concílio Vaticano II foi o vigésimo primeiro concílio ecumênico da Igreja, tendo o primeiro ocorrido no século IV, o Concílio de Niceia, em 325. Temos, depois desse concílio e ao longo dos próximos dezesseis séculos, um período em que a Igreja formalizou sua soberania e hegemonia promovendo conversões e perseguições a quem se opusesse a sua autoridade. Esta história se propagou por séculos e foi se solidificando. Alinhavamos, dentro deste artigo, especificamente o percurso das relações da Igreja Católica com o judaísmo através de referências às Cruzadas, aos libelos de sangue, às Inquisições e ao Holocausto. Muitos destes movimentos foram justificados por reuniões conciliares iniciadas em Niceia (325) e tendo no Concílio Vaticano II (1965), através da declaração *Nostra Aetate*, artigo 4º, seu ponto de inflexão.

Apresentamos, a seguir, o texto da declaração *Nostra Aetate* em português tal como se encontra no site do Concílio Vaticano II disponibilizado em várias línguas⁵. Na sequência, destacaremos o artigo 4º, que se refere especificamente à relação da Igreja Católica com a religião judaica.

⁵ Disponível em: <https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decl_19651028_nostra-aetate_po.html>.



**DECLARAÇÃO *Nostra Aetate*
SOBRE A IGREJA E AS RELIGIÕES NÃO-CRISTÃS**

***Laos comuns de humanidade e inquietação religiosa do homem:
a respeito das diversas religiões não-cristãs e a respeito da Igreja***

1. Hoje, que o gênero humano se torna cada vez mais unido, e aumentam as relações entre os vários povos, a Igreja considera mais atentamente qual a sua relação com as religiões não-cristãs. E, na sua função de fomentar a união e a caridade entre os homens e até entre os povos, considera primeiramente tudo aquilo que os homens têm de comum e os leva à convivência.

Com efeito, os homens constituem todos uma só comunidade; todos têm a mesma origem, pois foi Deus quem fez habitar em toda a terra o inteiro gênero humano (1); têm também todos um só fim último, Deus, que a todos estende a sua providência, seus testemunhos de bondade e seus desígnios de salvação (2) até que os deitos se reúnem na cidade santa, iluminada pela glória de Deus e onde todos os povos caminharão na sua luz (3). Os homens esperam das diversas religiões resposta para as enigmas da condição humana, os quais hoje como ontem, profundamente preocupam seus corações: que é o homem? qual o sentido e a finalidade da vida? que é o pecado? donde provém o sofrimento, e para que serve? qual o caminho para alcançar a felicidade verdadeira? que é a morte, o juízo e a retribuição depois da morte? finalmente, que mistério último e inefável envolve a nossa existência, do qual vimos e para onde vamos?

Hinduísmo e Budismo

2. Desde os tempos mais remotos, até aos nossos dias, encontra-se nos diversos povos certa percepção daquela força oculta presente no curso das coisas e a contingência humanas; encontra-se por vezes até o conhecimento da divindade suprema ou mesmo de Deus Pai. Percepção e conhecimento esses que penetram as suas vidas de profundo sentido religioso. Por sua vez, as religiões ligadas ao progresso da cultura, procuram responder às mesmas questões com noções mais apuradas e uma linguagem mais elaborada. Assim, no hinduísmo, os homens perscrutam o mistério divino e exprimem-no com a fecundidade inexaurível dos mitos e os esforços da penetração filosófica, buscando a libertação das angústias da nossa condição quer por meio de certas formas de ascetismo, quer por uma profunda meditação, quer, finalmente, pelo refúgio amoroso e confiante em Deus. No budismo, segundo as suas várias formas, reconhece-se a radical insuficiência deste mundo mutável, e propõe-se o caminho pelo qual os homens, com espírito devoto e confiante, possam alcançar o estado de libertação perfeita ou atingir, pelos próprios esforços ou ajudados do alto a suprema iluminação. De igual modo, as outras religiões que existem no mundo procuram de vários modos ir ao encontro das inquietudes do coração humano, propondo caminhos, isto é, doutrinas e normas de vida e também ritos sagrados.

A Igreja católica nada rejeita do que nessas religiões existe de verdadeiro e santo. Olha com sincero respeito esses modos de agir e viver, esses preceitos e doutrinas que, embora se afastem em muitos pontos daquelas que ela própria segue e propõe, todavia, refletem não raramente um raiço da verdade que ilumina todos os homens. No entanto, ela anuncia, e tem mesmo obrigação de anunciar incesantemente Cristo, «caminho, verdade e vida» (Jo. 14,6), em quem os homens encontram a plenitude da vida religiosa e no qual Deus reconciliou consigo todas as coisas (4).

Exorta, por isso, os seus filhos a que, com prudência e caridade, pelo diálogo e colaboração com os sequazes doutrinas religiosas, dando testemunho da vida e fé cristãs, reconheçam, conservem e promovam os bens espirituais e morais e os valores sócio-culturais que entre elas se encontram.

A religião dos Israélitas

3. A Igreja olha também com estima para os muçulmanos. Adoram eles o Deus Único, vivo e subsistente, misericordioso e omnipotente, criador do céu e da terra (5), que falou aos homens e a cujos decretos, mistérios ocultos, procuram submeter-se de todo o coração, como a Deus se submeteu Abraão, que a fé islâmica de bom grado evoca. Embora sem o reconhecerem como Deus, veneram Jesus como profeta, e homem Maria, sua mãe virginal, à qual por vezes invocam devotamente. Esperam pelo dia do juízo, no qual Deus remunerará todos os homens, uma vez resuscitados. Têm, por isso, em apreço a vida moral e prestam culto a Deus, sobretudo com a oração, a esmola e o jejum.

E se é verdade que, no decurso dos séculos, surgiram entre cristãos e muçulmanos não poucas discordâncias e ódios, este sagrado Concílio exorta todos a que, esquecendo o passado, sinceramente se exercitem na compreensão mútua e juntos defendam e promovam a justiça social, os bens morais e a paz e liberdade para todos os homens.

A religião judaica

4. Sondando o mistério da Igreja, este sagrado Concílio recorda o vínculo com que o povo do Novo Testamento está espiritualmente ligado à descendência de Abraão.

Com efeito, a Igreja de Cristo reconhece que os primórdios da sua fé e eleição já se encontram, segundo o mistério divino da salvação, nos patriarcas, em Moisés e nos profetas. Professa que todos os cristãos, filhos de Abraão segundo a fé (6), estão incluídos na vocação deste patriarca e que a salvação da Igreja foi misticamente prefigurada no êxodo do povo escolhido da terra da escravidão. A Igreja não pode, por isso, esquecer que foi por meio desse povo, com o qual Deus se dignou, na sua inefável misericórdia, estabelecer a antiga Aliança, que ela recebeu a revelação do Antigo Testamento e se alimenta da raiz da oliveira mansa, na qual foram enxertados os ramos da oliveira brava, os gentios (7). Com efeito, a Igreja acredita que Cristo, nossa paz, reconciliou pela cruz os judeus e os gentios, de ambos fazendo um só, em Si mesmo (8).

Também tem sempre diante dos olhos as palavras do Apóstolo Paulo a respeito dos seus compatriotas: «deles é a adoção filial e a glória, a aliança e a legislação, o culto e as promessas; deles os patriarcas, e deles nasceu, segundo a carne, Cristo» (Rom. 9, 4-5), filho da Virgem Maria. Recorda ainda a Igreja que os Apóstolos, fundamentos e colunas da Igreja, nasceram do povo judaico, bem como muitos daqueles primeiros discípulos, que anunciaram ao mundo o Evangelho de Cristo.

Segundo o testemunho da Sagrada Escritura, Jerusalém não conheceu o tempo em que foi visitada (9); e os judeus, em grande parte, não receberam o Evangelho; antes, não poucos se opuseram à sua difusão (10). No entanto, segundo o Apóstolo, os judeus continuam ainda, por causa dos patriarcas, a ser muito amados de Deus, cujos dons e vocação não conhecem arrependimento (11). Com os profetas e o mesmo Apóstolo, a Igreja espera por aquele dia, só de Deus conhecido, em que todos os povos invocarão a Deus com uma só voz e «o servirão debaixo dum mesmo jugo» (Sof. 3,9) (12).

Sendo assim tão grande o património espiritual comum aos cristãos e aos judeus, este sagrado Concílio quer fomentar e recomendar entre eles o mútuo conhecimento e estima, os quais se alcançarão sobretudo por meio dos estudos bíblicos e teológicos e com os diálogos fraternos.

Ainda que as autoridades dos judeus e os seus sequazes urgiram a condenação de Cristo à morte (13) não se pode, todavia, imputar indistintamente a todos os judeus que então viviam, nem aos judeus do nosso tempo, o que na Sua paixão se perpetrou. E embora a Igreja seja o novo Povo de Deus, nem por isso os judeus devem ser apresentados como reprovados por Deus e malditos, como se tal coisa se concluisse da Sagrada Escritura. Procurem todos, por isso, evitar que, tanto na catequese como na pregação da palavra de Deus, se ensine seja o que for que não esteja conforme com a verdade evangélica e com o espírito de Cristo.

Além disso, a Igreja, que reprovava quaisquer perseguições contra quaisquer homens, lembrada do seu comum património com os judeus, e levada não por razões políticas, mas pela religiosa caridade evangélica, deplora todos os ódios, perseguições e manifestações de anti-semitismo, seja qual for o tempo em que isso sucedeu e seja quem for a pessoa que isso promoveu contra os judeus.

De resto, como a Igreja sempre ensinou e ensina, Cristo sofreu, voluntariamente e com imenso amor, a Sua paixão e morte, pelos pecados de todos os homens, para que todos alcancem a salvação. O dever da Igreja, ao pregar, é portanto, anunciar a cruz de Cristo como sinal do amor universal de Deus e como fonte de toda a graça.

A mensagem universal da Igreja e a sua relação com o mundo

5. Não podemos, porém, invocar Deus como Pai comum de todos, se nas recusamos a tratar como irmãos a quaisquer homens, criados à Sua imagem. De tal maneira estão ligadas a relação do homem a Deus Pai e a sua relação aos outros homens seus irmãos, que a Escritura afirma: «quem não ama, não conhece a Deus» (1 Jo. 4,8).

Carida, portanto, de fundamento toda a teoria ou modo de proceder que introduz entre homem e homem ou entre povo e povo qualquer discriminação quanto à dignidade humana e aos direitos que dela derivam.

A Igreja reprovou, por isso, como contrário ao espírito de Cristo, toda e qualquer discriminação ou violência praticada por motivos de raça ou cor, condição ou religião. Consequentemente, o sagrado Concílio, seguindo os exemplos dos santos Apóstolos Pedro e Paulo, pede ardentemente aos cristãos que, «observando uma boa conduta no meio dos homens» (1 Pet. 2,12), se, possível, tenham paz com todos os homens (14), quanto deles dependa, de modo que sejam na verdade filhos do Pai que está nas céus (15).

Roma, 28 de outubro de 1965.
PAPA PAULO VI

Para facilitar a leitura, segue o texto do artigo 4º ampliado:

A religião judaica

§1 Sondando o mistério da Igreja, este sagrado Concílio recorda o vínculo com que o povo do Novo Testamento está espiritualmente ligado à descendência de Abraão.

§2 Com efeito, a Igreja de Cristo reconhece que os primórdios da sua fé e eleição já se encontra, segundo o mistério divino da salvação, nos patriarcas, em Moisés e nos profetas. Professa que todos os cristãos, filhos de Abraão segundo a fé (6), estão incluídos na vocação deste patriarca e que a salvação da Igreja foi misticamente prefigurada no êxodo do povo escolhido da terra da escravidão. A Igreja não pode, por isso, esquecer que foi por meio deste povo, com o qual Deus se dignou, na sua inefável misericórdia. Estabelecer a antiga Aliança, que ela recebeu a revelação do Antigo Testamento e se alimenta da raiz da oliveira mansa, na qual foram enxertados os ramos da oliveira brava, os gentios (7). Com efeito, a Igreja acredita que Cristo, nossa paz, reconciliou pela cruz os judeus e os gentios, de ambos fazendo um só, em Si mesmo (8).

§3 Também tem sempre diante dos olhos as palavras do Apóstolo Paulo a respeito dos seus compatriotas: «deles é a adoção filial e a glória, a aliança e a legislação, o culto e as promessas; deles os patriarcas, e deles nasceu, segundo a carne, Cristo» (Rom. 9, 4-5), filho da Virgem Maria. Recorda ainda a Igreja que os Apóstolos, fundamentos e colunas da Igreja, nasceram do povo judaico, bem como muitos daqueles primeiros discípulos, que anunciaram ao mundo o Evangelho de Cristo.

§4 Segundo o testemunho da Sagrada Escritura, Jerusalém não conheceu o tempo em que foi visitada (9); e os judeus, em grande parte, não receberam o Evangelho; antes, não poucos se opuseram à sua difusão (10). No entanto, segundo o Apóstolo, os judeus continuam ainda, por causa dos patriarcas, a ser muito amados de Deus, cujos dons e vocação não conhecem arrependimento (11). Com os profetas e o mesmo Apóstolo, a Igreja espera por aquele dia, só de Deus conhecido, em que todos os povos invocarão a Deus com uma só voz e «o servirão debaixo dum mesmo jugo» (Sof. 3,9) (12).

§5 Sendo assim tão grande o patrimônio espiritual comum aos cristãos e aos judeus, este sagrado Concílio quer fomentar e recomendar entre eles o mútuo conhecimento e estima, os quais se alcançarão sobretudo por meio dos estudos bíblicos e teológicos e com os diálogos fraternos.

§6 Ainda que as autoridades dos judeus e os seus sequazes urgiram a condenação de Cristo à morte (13) não se pode, todavia, imputar indistintamente a todos os judeus que então viviam, nem aos judeus do nosso tempo, o que na Sua paixão se perpetrou. E embora a Igreja seja o novo Povo de Deus, nem por isso os judeus devem ser apresentados como reprovados por Deus e malditos, como se tal coisa se concluísse da Sagrada Escritura. Procurem todos, por isso, evitar que, tanto na catequese como na pregação da palavra de Deus, se ensine seja o que for que não esteja conforme com a verdade evangélica e com o espírito de Cristo.

§7 Além disso, a Igreja, que reprova quaisquer perseguições contra quaisquer homens, lembrada do seu comum patrimônio com os judeus, e levada não por razões políticas, mas pela religiosa caridade evangélica, deplora todos os ódios, perseguições e manifestações de antissemitismo, seja qual for o tempo em que isso sucedeu e seja quem for a pessoa que isso promoveu contra os judeus.

§8 De resto, como a Igreja sempre ensinou e ensina, Cristo sofreu, voluntariamente e com imenso amor, a Sua paixão e morte, pelos pecados de todos os homens, para que todos alcancem a salvação. O dever da Igreja, ao pregar, é portanto, anunciar a cruz de Cristo como sinal do amor universal de Deus e como fonte de toda a graça.

O texto em questão, uma declaração da Igreja Católica, representa, a princípio, a voz da Instituição que se pronuncia, podendo assim ser percebido como monofônico.

Organizado em oito parágrafos, as palavras que compõem esta declaração circundam o campo semântico religioso como comprova, no parágrafo primeiro, o emprego da palavra “sagrado” enquanto adjetivo para “Concílio” determinando assim o grau de importância dado a valores religiosos:

Sondando o mistério da Igreja, este **sagrado** Concílio recorda o vínculo com que o povo do Novo Testamento está espiritualmente ligado à descendência de **Abraão**. (NA, art.4º, §1, 1965, grifo nosso)

Neste mesmo parágrafo, temos referência à genealogia de Abraão. Esta menção nos leva a localizar o pronunciamento histórica e teologicamente.

No segundo parágrafo, a Igreja “reconhece” os primórdios de sua fé, portanto admite que já conhecia o fato de que o início da história de fé no Deus Uno está registrado nos livros do povo judeu, a que chama de “Antigo Testamento”. Apesar deste reconhecimento, optou-se por utilizar a metáfora da oliveira mansa, referindo-se de forma indireta ao povo judeu:

Com efeito, a Igreja de Cristo **reconhece** que os primórdios da sua fé e eleição já se encontram, segundo o mistério divino da salvação, nos patriarcas, em Moisés e nos profetas. Professa que todos os cristãos, filhos de Abraão segundo a fé, estão incluídos na vocação deste patriarca e que a salvação da Igreja foi misticamente prefigurada no êxodo do povo escolhido da terra da escravidão. A Igreja não pode, por isso, esquecer que foi por meio desse povo, com o qual Deus se dignou, na sua inefável misericórdia, estabelecer a antiga Aliança, que ela recebeu a revelação do **Antigo Testamento** e se alimenta da raiz da **oliveira mansa**, na qual foram enxertados os ramos da oliveira brava, os gentios. (NA, art.4º, §2, 1965, grifo nosso)

A Igreja, desta forma, reconhece a sua origem em um povo, mas não o define de forma clara e objetiva ainda.

Ela segue, no terceiro parágrafo, afirmando seu encontro com o povo judeu através de apontamentos pautados nas escritas bíblicas. Para tanto, cita palavras do Apóstolo Paulo aos Romanos, no capítulo 9, versículos 4-5: “deles é a adoção filial e a glória, a aliança e a legislação, o culto e as promessas; deles os patriarcas, e deles nasceu, segundo a carne, Cristo”, mas acrescenta no final um elemento totalmente cristão: a virgindade de Maria. Na finalização do parágrafo, pela primeira vez, é grafado o adjetivo “judaico” referindo-se a povo:

Também tem sempre diante dos olhos as palavras do **Apóstolo Paulo** respeito dos seus compatriotas: «deles é a adoção[sic] filial e a glória, a aliança e a legislação, o culto e as promessas; deles os patriarcas, e deles nasceu, segundo a carne, Cristo» [Rom. 9, 4-5] , **filho da Virgem Maria**. Recorda ainda a Igreja que os Apóstolos, fundamentos e colunas da Igreja, nasceram do **povo judaico**, bem como muitos daqueles primeiros discípulos, que anunciaram ao mundo o Evangelho de Cristo. (NA, art.4º, §3, 1965, grifo nosso)

No parágrafo seguinte, justificando através das Escrituras, a Igreja dá a Jerusalém o lugar de sujeito responsável por não reconhecer a vinda do Cristo: “Jerusalém não conheceu o tempo em que foi visitada”:

Segundo o testemunho da Sagrada Escritura, **Jerusalém não conheceu o tempo em que foi visitada**; e os judeus, em grande parte, não receberam o Evangelho; antes, não poucos se opuseram à sua difusão. No entanto, **segundo o Apóstolo**, os judeus continuam ainda, por causa dos patriarcas, a ser muito amados de Deus, cujos dons e vocação não conhecem arrependimento. (NA, art.4º, §4, 1965, grifo nosso)

A *Nostra Aetate* declara que muitos judeus não aceitaram os Evangelhos e que muitos se opuseram a eles, mas deposita em Paulo palavras que traduzem o reconhecimento de Deus pelo povo judeu, justificado pela fé dos patriarcas, o que os alivia da culpa por não difundirem o Evangelho.

A Igreja, no parágrafo quinto, conclui que o patrimônio em comum entre cristãos e judeus é grande, e, recomenda que se conheçam e se apreciem através de estudos e diálogos fraternos:

Sendo assim **tão grande o patrimônio espiritual comum aos cristãos e aos judeus**, este sagrado Concílio quer fomentar e recomendar entre eles o mútuo conhecimento e estima, os quais se alcançarão sobretudo por **meio dos estudos bíblicos e teológicos e com os diálogos fraternos**. (NA, art.4,º §5, 1965, grifo nosso)

Dando sequência, a Igreja lembra de forma indireta a responsabilidade de parte do povo judeu pela morte de Cristo e se auto reconhece como novo povo de Deus:

Ainda que as autoridades dos judeus e os seus **sequazes urgiram a condenação de Cristo à morte** não se pode, todavia, imputar indistintamente a todos os judeus que então viviam, nem aos judeus do nosso tempo, o que na Sua paixão se perpetrou. **E embora a Igreja seja o novo Povo de Deus**, nem por isso os judeus devem ser apresentados como reprovados por Deus e malditos, como se tal coisa se concluísse da Sagrada Escritura. Procurem

todos, por isso, evitar que, tanto na catequese como na pregação da palavra de Deus, se ensine seja o que for que não esteja conforme com a verdade evangélica e com o espírito de Cristo. (NA, art.4º, §6, 1965, grifo nosso)

Este reconhecimento feito com a utilização do elemento concessivo, “embora”, enfraquece a nova posição que a Igreja declara estar assumindo, pois permite a entrada no espaço semântico restritivo e transitório. Tal posicionamento precede a recomendação da Igreja para que tanto na catequese como na pregação, evite-se: “seja o que for que não esteja conforme com a verdade evangélica e com o espírito de Cristo”, ou seja, há um campo de indeterminação passível de entendimento diverso uma vez que não há o esclarecimento de qual seja esta verdade evangélica a qual o texto se refere.

Encaminhando para o final, a Igreja se define como “a que reprova quaisquer perseguições contra quaisquer homens”, de acordo com o parágrafo sete:

Além disso, a Igreja, **que reprova quaisquer perseguições contra quaisquer homens, lembrada** do seu comum patrimônio com os judeus, e **levada** não por razões políticas, mas pela religiosa caridade evangélica deplora todos os ódios, perseguições e manifestações de antissemitismo, **seja qual for o tempo** em que isso sucedeu e **seja quem for** a pessoa que isso promoveu contra os judeus. (NA, art.4º, §7, 1965, grifo nosso)

Ao utilizar o pronome “quaisquer” a Igreja universaliza esta perseguição e ao mesmo tempo se coloca em condição passiva, pois ela declara que foi “lembrada de seu comum patrimônio com os judeus” e “levada não por razões políticas, mas pela religiosa caridade evangélica...” declarando-se contrária ao ódio, às perseguições e às manifestações de antissemitismo. Termina este parágrafo indefinindo o tempo em que estas perseguições ocorreram e não se identificando agente destas ações: “seja qual for o tempo em que isso sucedeu e seja quem for a pessoa que isso promoveu contra os judeus”.

No último parágrafo, a declaração enfatiza o sofrimento e morte voluntários de Cristo como um ato de amor e de salvação de todos os homens:

De resto, como a Igreja sempre ensinou e ensina, **Cristo sofreu, voluntariamente e com imenso amor**, a Sua paixão e morte, pelos pecados de todos os homens, para que todos alcancem a salvação. O dever da Igreja, ao pregar, é portanto, anunciar a cruz de Cristo como sinal do amor universal de Deus e como fonte de toda a graça. (NA, art.4º, §8, 1965, grifo nosso)

Quando utilizado o termo “voluntariamente” para morte e sofrimento de Cristo, de forma indireta reconhece-se que a morte de Cristo não foi causada pelos judeus como era feita a acusação, durante a catequese, pela Igreja até então.

Feita esta leitura, passamos agora à apresentação dos pensamentos bakhtinianos que sustentarão nossa posição frente a relação que se estabelece entre o texto de Jules Isaac e o texto da Igreja Católica.

3. Mikhail Bakhtin: ato responsável e responsivo

Para estabelecermos uma relação entre os dois textos apresentados na primeira e segunda seções e atingirmos nosso objetivo é necessário esclarecer os pressupostos de Mikhail Bakhtin, pensador da linguagem russo que viveu entre 1895 e 1975, a respeito de ato responsável e ato responsivo dentro do discurso.

Focalizamos nossa atenção em seus estudos, desenvolvidos potencialmente na primeira metade do século XX, por encontrar em seus registros fontes que nos possibilitam analisar textos de forma questionadora. O lugar do emissor da mensagem, antes inquestionável, passa a ser ocupado por uma ou mais vozes que, apesar de apresentarem uma singularidade própria do lugar que ocupam no tempo e espaço por existir, dialogam com outras vozes.

Dentro da sintonia destas vozes que ora se sincronizam, ora destoam, Bakhtin aponta elementos que podem nos levar a uma análise reconhecendo em um e outro, elementos formadores de um elo de comunicação que carregam em si a responsabilidade e a responsividade do ato da própria fala.

Na introdução da entrevista dada pelo pesquisador Valdemir Miotello à revista *TEXTURA - Revista de Educação e Letras*, os entrevistadores Araújo e Dias esclarecem: “Bakhtin compreendeu o ser humano como um sujeito histórico e cultural, que tem consciência constituída a partir da linguagem e cuja subjetividade é tecida nas e pelas relações dialógicas”⁶. A obra focalizada nesta entrevista, *Para Uma Filosofia Do Ato Responsável*, 2017, encontra-se relacionada nas referências deste artigo por ser, segundo nosso entendimento e segundo menção dos estudiosos de Bakhtin, a obra que abarca toda sua inovadora maneira de pensar a linguagem.

⁶ Disponível em: <<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/4812>>.

Miotello esclarece que, na análise de Bakhtin, o sujeito do discurso deixa de ser único e central. O foco que há séculos se firmava em uma pessoa no centro do discurso, identificável e inquestionável, abre espaço para o “outro”. O sujeito se constitui a partir do outro. Esta relação entre o “eu e o outro” estabelece conexões entre um texto e outro texto, uma voz e outra voz, uma narrativa e outra narrativa. Esta conexão entre os discursos nos levou a questionar qual seria a relação linguística entre o texto de Jules Isaac, Jesus e Israel, e o texto da Igreja Católica *Nostra Aetate*. Percebemos que uma respondia a outra.

Buscamos no artigo de Adail Sobral, publicado no livro organizado por Beth Brait, *Bakhtin conceitos-chave*, a responsabilidade e a responsividade do sujeito frente ao seu próprio discurso e ao discurso do outro. Sobral esclarece que tanto o autor do discurso quanto seu objeto precisam, segundo Bakhtin, serem estudados em uma total imersão na vida concreta onde não há o alibi para sua existência, segundo suas palavras:

Em *Para uma filosofia do ato*, Bakhtin emprega, para designar ato, o termo russo *postupok*, entendido como “ato/feito”, num sentido ativo e durativo próximo de “façanha”, ... Trata-se da ação concreta (ou seja, inserida no mundo vivido) intencional (isto é, não involuntária) praticada ” por alguém situado, não transcendente. Destaca-se, assim, o caráter da “responsabilidade” e da “participatividade” do agente. (SOBRAL, 2020, p.20)

Essa imersão do ato pressupõe a consideração de elementos como a ética, a ação, o sujeito agente que é situado, a percepção de seu contexto histórico e social, assim como seus valores, para uma possível conceituação. Foi o que desenvolvemos ao apresentar tanto o livro de Jules Isaac quanto a declaração da Igreja Católica nas seções anteriores.

Sobral reafirma: “O Círculo destaca o sujeito não como fantoche das relações sociais, mas como um agente, um organizador de discursos, responsável por seus atos e responsivo ao outro”(p. 25).

Dentro desta organização infundável de atos que se tornam discursos, vão se estabelecendo relações. Os atos, que são de responsabilidade de um determinado sujeito agente, provocam no outro uma ação responsiva e assim sucessivamente.

Na próxima seção, identificaremos essa relação de responsabilidade e responsividade entre os atos de Jules Isaac e da Igreja Católica através de seus discursos.

4. Jesus et Israel e Nostra Aetate: responsabilidade e responsividade

Nosso estudo do texto de Jules Isaac, o livro *Jesus et Israel*, nos levou à conscientização da existência de uma catequese antijudaica milenar da Igreja feita por meio de seus discursos conciliares, tecendo uma rede de interdiscursos que iniciaram por volta do século IV e que se sucedem de forma infundável.

Dentre eles, encontramos a Declaração *Nostra Aetate*, no século XX, depois de dezesseis séculos de discursos de conversão, perseguição e difamação do povo judeu, contendo, desta vez, uma nova posição para sua relação com o judaísmo o que é perceptível em sua linguagem quando utilizada a palavra diálogo para referir-se às suas relações com os judeus.

Sendo assim tão grande o **patrimônio espiritual comum** aos cristãos e aos judeus, este sagrado Concílio quer fomentar e recomendar entre eles o mútuo conhecimento e estima, os quais se alcançarão sobretudo por meio dos estudos bíblicos e teológicos e com os **diálogos** fraternos. (NA, art.4,º §5, 1965, grifo nosso)

Constatamos em nossos estudos que essa mudança ocorreu, entre outros motivos, para atender às cobranças do homem moderno que, depois de passar por intensas transformações nas relações sociais, políticas e filosóficas ocorridas na entrada da Idade Moderna, não aceitava mais a posição da Igreja que, fechada em si mesma, continuava com seus discursos hegemônicos medievais.

Em contato com o artigo 4º da *Nostra Aetate* e tendo estudado toda a contextualização histórica na qual Jules Isaac esteve inserido e participado de forma ativa para elaboração de seu livro, percebemos que esta declaração, publicada em 1965, não era um discurso monofônico da Igreja Católica como a princípio parecia. Havia a voz de outros indivíduos que tinham agido para que este texto pudesse fazer parte da reflexão e dos documentos finais do Concílio Vaticano II, ocupando a posição de sujeitos ativos neste processo de construção. Colocar a palavra de um em diálogo com a palavra de outro nos fez perceber a relação que havia entre eles.

O livro *Jésus et Israël*, publicado dezessete anos antes de *Nostra Aetate*, trazia em meio a suas proposições a necessidade de se reconhecer o vínculo entre as duas religiões, cristã e judaica, observando seu patrimônio espiritual comum. Este mesmo vínculo, que são as Escrituras Sagradas, foram posteriormente citadas no parágrafo cinco do artigo 4º da *Nostra Aetate*:

A religião cristã é filha da religião judaica. O Novo Testamento cristão edificou-se sobre a base do Antigo Testamento judaico. Só esta razão já bastaria para o judaísmo inspirar respeito. (ISAAC, 1986, p. 3)

Citamos mais uma e primordial proposição feita no livro *Jesus e Israel*, que se refere à necessidade de a Igreja reconhecer a milenar acusação de deicídio feita por esta instituição e endereçada aos judeus, o que desencadeou perseguições e mortes a este povo durante séculos. É a proposição XVI, que se encontra na parte IV do livro e se intitula: o crime de deicídio. O autor tece uma minuciosa análise sobre esta acusação, atravessando séculos, e registrando a base de sua escrita em pesquisas de fatos históricos, linguísticos e teológicos que colocados em diálogo conseguem dar respostas às buscas de Isaac por entender a raiz desta catequese antijudaica e, a partir deste encontro, propor mudanças, possibilitando a elaboração de uma nova narrativa para esta milenar perseguição.

Segue um fragmento do encontro de sua narrativa com o tema da acusação de deicídio ao povo judeu:

...escutemos, em primeiro lugar, subindo do fundo dos séculos, rumor selvagem, o coro das acusações, das imprecações cristãs, quero dizer, emanando dos que se dizem cristãos, pois elas afinam mal com as palavras de caridade, de misericórdia e de amor que são os ensinamentos maiores e a glória do Cristo. Todos esses gritos de morte, pode haver gritos de morte “cristãos”? E as acusações, as imprecações judias, mesmo anteriores, mesmo odiosas, não os justificam. Assassino de Jesus, do Cristo-Messias, assassino do Homem-Deus, DEICIDA! tal é a acusação lançada contra o povo judeu inteiro, sem reservas, sem distinções de nenhuma espécie, a violência cega das massas ignorantes se religando estreitamente à fria ciência dos teólogos. (ISAAC, 1986, p. 229-230)

A causa da morte de Cristo é apresentada pela Igreja no texto da *Nostra Aetate* como resultado de um ato involuntário do próprio Cristo, o que, por analogia, retira a acusação da culpa desta morte dos ombros dos judeus sem, no entanto, utilizar a palavra deicídio ou desculpar-se por todas as milenares acusações anteriores.

Observando a posição de um e do outro dentro de suas respectivas estâncias sociais e tendo como referência os pressupostos teóricos pautados nas ideias de ato responsável e responsivo de Mikhail Bakhtin, explanados por Adail Sobral e citado na seção anterior, concluímos que o texto de Jules Isaac pode ser entendido como ato responsável, “num sentido ativo e durativo próximo de façanha” (SOBRAL, 2020, p. 20).

A partir dele, uma rede extensa de discursos é formada. A declaração *Nostra Aetate* faz parte dessa rede. Segundo os estudos de Bakhtin, todo discurso tem “... antes do seu início, os enunciados de outros; depois de seu término, os enunciados responsivos de outros ...” (2016, p.29). É esta função responsiva, ao texto do historiador Jules Isaac, que destacamos nesta declaração da Igreja Católica.

voluntariamente e com imenso amor, a Sua paixão e morte, pelos pecados de todos os homens, para que todos alcancem a salvação. O dever da Igreja, ao pregar, é portanto, anunciar a cruz de Cristo como sinal do amor universal de Deus e como fonte de toda a graça. (NA, art.4º, §8, 1965, grifo nosso)

No confronto entre os dois textos percebemos a importância das palavras de Volóchinov em *Marxismo e filosofia da linguagem*, círculo de Bakhtin, 2017, quanto a considerações para análise do enunciado. Tomamos como um alerta para uma atenta observação neste movimento dialógico entre os textos que nos propusemos a analisar:

A palavra está sempre repleta de conteúdo e de significação ideológica ou cotidiana. É apenas essa palavra que compreendemos e respondemos, que nos atinge por meio da ideologia ou do cotidiano.(VOLÓCHINOV, 2017, p.181)

Considerações finais

A análise linguística do livro *Jésus et Israël*, discurso do historiador judeu Jules Isaac, e da Declaração *Nostra Aetate*, discurso da Igreja Católica, sustentada e delimitada pelos estudos de Mikhail Bakhtin e seu círculo a respeito de ato responsável e ato responsivo, nos permitiu visualizá-los dentro de uma mesma rede de interdiscursos.

Em 1947, parte da obra de Jules Isaac foi utilizada como elemento de discussão na II Conferência Internacional de Emergência sobre o Antissemitismo, em Seelisberg – Suíça, e contribuiu para a produção do texto resultante desta conferência: *Os Dez Pontos de Seelisberg*. Este documento apontou a necessidade de mudança da catequese antijudaica da Igreja como uma das possibilidades de combate ao antissemitismo que persistia após o término da Segunda Guerra Mundial e da Shoah.

O livro *Jésus et Israël* traz elementos na análise do discurso da cristandade que podem sustentar as mudanças propostas, portanto o entendemos como um ato responsável do discurso de Jules Isaac.

Este foi o início de um percurso marcado por movimentos, discussões e discursos que estruturaram o processo da formulação do texto *Nostra Aetate*. Somente em 1965, dentro deste encadeamento discursivo, foi publicada a declaração da Igreja Católica. Ela sugeria a alteração da catequese dentro da instituição ao referir-se aos judeus e à aproximação entre as duas religiões, cristã e judaica, através do diálogo. Entendemos esta declaração como um ato responsivo da Igreja Católica frente às propostas que constam no discurso de Jules Isaac em seu livro *Jésus et Israël*.

O texto de *Nostra Aetate* é visto como revolucionário quanto a suas propostas nas relações entre cristãos e judeus, fato com que concordamos se analisado historicamente em relação aos demais pronunciamentos da Instituição Católica, sabendo-se de seu milenar discurso antijudaico.

No entanto, neste artigo, apontamos o texto do escritor Jules Isaac como o dispositivo de inflexão no rumo destas relações, devendo sua voz ser reconhecida como uma das que “lembraram à Igreja de seu patrimônio comum com os judeus”, como sugere o parágrafo 7 do artigo 4º da *Nostra Aetate*.

Enfim, a análise proposta para este artigo, delineada por elementos linguísticos, fomenta a abertura de novas narrativas. Estudar os discursos, a partir de seus sujeitos agentes contextualizados dentro de aspectos históricos e sociais, nos permite compreender como eles se estruturaram e qual a sua relevância para uma possível intervenção nas práticas sociais como é o caso na propagação de discursos antijudaicos e antisemitas.

Referências

BAKHTIN, M. *Para Uma Filosofia Do Ato Responsável*. São Carlos. Pedro & João Editores, 2017.

FERREIRA, R.; MIOTELLO V. (organizadores). *O Concílio Vaticano II como Evento Dialógico : O pensamento de Mikhail Bakhtin e o discurso religioso na contemporaneidade*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2014

GUILHERME, M.L. *O livro Le Judaïsme em relação dialógica com a declaração Nostra Aetate: uma resposta à proposta de aproximação entre cristãos e judeus*. 2023. Dissertação

(mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ISAAC, J. *Jesus e Israel*. São Paulo: Perspectiva S.A., 1986.

SOBRAL, A. *Ato/atividade e evento*. In: BRAIT, B. (org.) *BAKHTIN conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2020.

VATICAN ARCHIVE: *Documento Nostra Aetate*. Disponível em: <https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decl_19651028_nostra-aetate_po.html> , acesso em: 06/11/2023.

VOLÓCHINOV, V. *Marxismo e filosofia da linguagem (Círculo de Bakhtin)*. Tradução, notas e glossário Sheila Grillo e Ekaterina V. Américo. São Paulo: Editora 34, 2018.